

FIGURAÇÕES DISCURSIVAS DO COMPLÔ E DO MEDO

DISCURSIVE FIGURATIONS OF COMLOT AND FEAR

Helcira Lima
Universidade Federal de Minas Gerais
(Brasil)
helciralima@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1916-6591>

RECIBIDO: 31/09/2023
ACEPTADO: 28/10/2023

RESUMO

O artigo apresenta, a partir de um movimento teórico-analítico, uma percepção sobre as emoções de um modo geral e sobre o ressentimento e o medo, em particular, tendo em vista as contribuições teóricas de Christian Plantin. Além disso, delinea a configuração discursiva do complô, assim como sua relação com outras categorias como o negacionismo e as *fake news*, no intuito de verificar como se dá a projeção e a disseminação de uma imagem negativa das universidades públicas brasileiras, cujo exercício de influência se dirige a um projeto mais abrangente em curso.

Palavras-Chave: emoções, argumentação, complotismo, universidades.

ABSTRACT

The article presents, from a theoretical-analytical movement, a perception about emotions in general and about resentment and fear, in particular, considering the theoretical contributions of Christian Plantin. Furthermore, it outlines the discursive configuration of the conspiracy, as well as its relationship with other categories such as denial and fake news, to verify how the projection and dissemination of a negative image of Brazilian public universities occurs, whose exercise of influence is directed towards a more comprehensive ongoing project.

Keywords: emotions, argumentation, complotism, universities.

RESUMEN

El artículo presenta, desde un movimiento teórico-analítico, una percepción sobre las emociones en general y sobre el resentimiento y el miedo, en particular, teniendo en cuenta los aportes teóricos de Christian Plantin. Además, se esboza la configuración discursiva del complot, así como su relación con otras categorías como el negacionismo y las *fake news*, con el fin de verificar cómo se produce la proyección y difusión de una imagen negativa de las universidades públicas brasileñas, cuyo ejercicio de influencia es dirigido hacia un proyecto en curso más integral.

Palabras clave: emociones, argumentación, complotismo, universidades.

INTRODUÇÃO

Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas.
Mia Couto

Em um evento internacional¹ realizado na Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1997, quando eu ainda era uma recém-graduada e dava os primeiros passos em direção à academia, conheci o trabalho do professor Christian Plantin. A oportunidade de ouvi-lo falar aqui no Brasil, após ler seus artigos, aguçou ainda mais meu crescente interesse pelos estudos sobre retórica, argumentação e emoções, contribuindo, substancialmente, para o progresso de minhas investigações futuras.

Lembro-me de que o professor, em resposta a um questionamento de um aluno, afirmou não ser interessante e nem prudente misturarmos, sem um propósito definido, diferentes teorias da argumentação. Isto porque algumas delas caminham por trilhas diferentes. A advertência do professor ressoou nos meus ouvidos por muitos anos e, hoje, eu a repito, com outras palavras – “não se deve fazer uma ‘salada teórica’” –, em minhas aulas, nos cursos de graduação e de pós-graduação. Embora não devamos nos prender a um único modelo teórico, é preciso atentar para o fato de que algumas abordagens podem ser, por vezes, incompatíveis. No que se refere às pesquisas que desenvolvo, meu alinhamento vai na direção daquelas que se interessam pela argumentação no discurso e pelas emoções.

Evidentemente, minhas lembranças e minha percepção sobre a obra de Plantin não se esgotam aí. Neste artigo, seguirei alguns de seus passos para abordar o papel das emoções na construção argumentativa, tema até pouco tempo silenciado, em especial, nos estudos linguísticos².

Logo nas primeiras páginas de sua obra *Les bonnes raisons des émotions: Principes et méthode pour l'étude du discours «émotionné»*, Plantin (2011) sobreavisa:

Cet ouvrage est issu d'un constat empirique et d'une insatisfaction théorique: les situations d'argumentation sont profondément marquées par l'émotion, mais les théories contemporaines de l'argumentation soit ne sont pas concernées par ce fait, soit n'en proposent qu'un traitement aussi sommaire qu'expéditif. (p. 3)³

Nessa direção, no Capítulo 1, o autor apresenta um panorama de abordagens da argumentação que se esquivam de estudar as emoções, silenciam-nas e, até mesmo, rechaçam-nas. A retomada do interesse pela retórica e pela argumentação no final dos anos de 1950, sobretudo com as obras de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) e Toulmin (2001 [1958]), por exemplo, não veio acompanhada do interesse pelos estudos sobre as emoções. Ambas privilegiaram uma abordagem

1 O evento ao qual eu me refiro é o *I Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*, realizado pelo Núcleo de Análise do Discurso (NAD), na Faculdade de Letras, da UFMG.

2 Para saber sobre o assunto, ver: Kerbrat-Orecchioni (2000), Plantin (2011), Micheli (2011), Lima (2006).

3 Tradução do original em francês: “Essa obra resulta de uma observação empírica e de uma insatisfação teórica: as situações de argumentação são profundamente marcadas pela emoção, mas as teorias contemporâneas da argumentação não se atêm com o assunto ou conferem a ele um tratamento que é tão resumido quanto rápido.”

do *lógos* em detrimento do *éthos* e do *páthos*. Na verdade, outras obras produzidas nesse período e em períodos posteriores, como a de Hamblin (1970) sobre as falácias e, anos mais tarde, a pragmatológica (van Eemeren & Grootendorst, 2006), até mesmo repeliram as emoções, considerando-as como desvios.

Em uma diferente via, Plantin se propôs a estudar a argumentação das emoções, contribuindo para alavancar o interesse de outros estudiosos sobre o assunto⁴, inclusive na América Latina. Estes buscam no autor referencial teórico-metodológico para suas análises e, ainda, colaboram para o desenvolvimento e ressignificação de categorias, fazendo avançar sua proposta.

Nesse alinhamento, além de uma breve apresentação sobre a abordagem de Plantin acerca das emoções, seguida de algumas de minhas percepções sobre o assunto, apresentarei parte de uma pesquisa maior, desenvolvida em pós-doutorado, cujo tema é a construção argumentativa dos discursos antiuniversidade pública no Brasil e na França⁵. Proponho-me a desenvolver uma reflexão teórica sobre a configuração discursiva do complô, tendo em vista sua relação com o negacionismo e com as *fake news*, no intuito de verificar como se dá a projeção e a disseminação de uma imagem negativa das universidades públicas brasileiras e como tal imagem colabora para suscitar determinadas emoções.

Parto do princípio de que este movimento não é novo e visa a um projeto maior concernente, além da privatização das instituições públicas de ensino, à desestabilização da jovem democracia brasileira. Este movimento será acompanhado de uma leitura de alguns fragmentos de áudios “vazados” de uma reunião do Conselho de Saúde Suplementar (Consu), ocorrida em 27 de abril de 2021, durante o período da pandemia do Covid-19⁶.

AS EMOÇÕES NO DISCURSO

A partir do campo dos estudos linguísticos e, em especial, da análise das interações no discurso, Christian Plantin defende, em sua obra, que as emoções são inseparáveis da razão e podem (e devem) ser estudadas no campo dos estudos sobre o discurso. Mais precisamente, elas podem ser argumentadas. Ademais da linguística, ele se sustenta na herança retórica e em estudos contemporâneos da argumentação, além de se valer de abordagens psicológicas.

Na Introdução ao Capítulo 8 de seu livro, Plantin (2011) deixa claro que seu objetivo consiste em apresentar um modelo esquemático e objetivo para reconstruir o desenvolvimento das emoções na fala. Trata-se da apresentação de conceitos e de instrumentos para análise da construção discursiva das emoções, tendo em vista três polos: expressivo-enunciativo, pragmático, comunicacional ou interacional, sendo que nenhum deles tem preponderância em relação aos outros (Plantin, 2003, 2010, 2011).

4 Raphael Micheli (2011 e 2014), por exemplo, também se dedica ao estudo do caráter argumentável das emoções no discurso.

5 A pesquisa em desenvolvimento aborda, a partir de um estudo comparativo, construções discursivas antiuniversidade pública no Brasil e na França, as quais se fundamentam em teorias do complô, *fake news* e negacionismo. Todavia, neste artigo, dirijo-me apenas à análise da realidade brasileira.

6 Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/05/11/bocalidade-e-incompetencia-o-raio-x-de-paulo-guedes-em-reuniao-vazada.htm>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

Segundo o pesquisador, na composição argumentativa das emoções, deve-se observar: a) a construção linguística de uma emoção, b) a demonstração de emoção, c) a dúvida lançada sobre a emoção exibida, d) o desacordo sobre emoções, e) a justificação de uma emoção.

Ele aborda duas modalidades de comunicação marcadas pela emoção, a partir dos adjetivos “emocional” e “emotivo”: a “comunicação emocional” e a “comunicação emotiva”. Ao estabelecer tal distinção, Plantin afirma lidar somente com a última, uma vez que a primeira delas consiste em objeto de análise de psicólogos, como se pode notar no quadro a seguir:

<i>Communication émotionnelle</i>	<i>Communication émotive</i>
Communication de l'émotion	Communication par l'émotion
Signaux, réponses; émotion conditionnée	Signes
Irruption des émotions	Usage intentionnel, stratégique des émotions
Emotion vécue, éprouvée	Emotion affichée, exprimée, sémiotisée, signifiée
“Désorganisation inorganisée”	“Désorganisation organisée”
Politesse comme barrière à l'émotionnel	Politesse comme structuration de l'émotif
Emotion privée, public <i>overbearer</i>	Émotion publique, public destinataire

Fonte: Plantin (2011, p. 141)

Ele alerta para o fato de que os analistas do discurso não possuem referencial teórico-metodológico suficiente para determinar se a emoção notada é realmente sentida ou não. Para uma abordagem da “comunicação emocional”, seria necessário que o sujeito passasse por detectores de emoção e/ou por testes fisiológicos, por exemplo.

Concordo que não seja possível captar a emoção sentida pelo sujeito, mas uma leitura das condições sócio-históricas associada a uma leitura da materialidade linguístico-discursiva pode ajudar a compreender de forma mais ampla o papel das emoções e sua importância na construção argumentativa. Isto porque as emoções estão sempre presentes, visto que somos atravessados por elas.

Quando, por exemplo, um advogado, em uma sessão de julgamento de um réu no Tribunal do Júri, parece irromper em cólera, não é possível saber se ele realmente a sentiu, mas a expressão dessa emoção deve ser considerada no desenvolvimento de uma análise. Isto porque, por meio da expressão da emoção, este sujeito pode, especialmente, como apregoa o “catecismo retórico”, emocionar mais. É possível, ainda, que o advogado, ao “fazer compartilhar” a cólera, incite outras emoções, como o medo. Nesse caso, as emoções expressas atendem a um projeto deliberado de influência.

Outrossim, o analista deve identificar *quem* experimenta *o quê* e *por quê* (Plantin, 2003), assim como considerar *em que tempo* e *em que lugar*. Uma emoção argumentada em um julgamento no Tribunal do Júri certamente produz efeitos de sentidos distintos de uma emoção argumentada em outras condições⁷.

7 O Tribunal do Júri brasileiro julga crimes dolosos contra a vida e tem uma configuração peculiar, uma vez que conta com a avaliação (e decisão) de juízes leigos – os sete membros do Conselho de Sentença. Os jurados ou juízes leigos são cidadãos comuns, que não possuem, necessariamente, uma forma jurídica. Estes são considerados representantes da sociedade. Em linhas gerais, para os defensores do Tribunal do Júri, este consiste em importante marca da democracia, enquanto para os que criticam seu funcionamento, os jurados não dispõem de habilidade técnica

Entre as categorias apresentadas por Plantin, em sua obra, estão os *enunciados de emoção*, *lugares psicológicos e termos de emoção* (diretos e indiretos), *verbos* (psicológicos) *de emoção*, *metaforas emocionais*; *estereotipização dos eventos*, *estereotipização do componente postural-comportamental*, *estereotipização do cenário emotivo*, associadas à releitura de categorias da retórica clássica (*tópicas*) e do domínio da psicologia e da semântica (Plantin, 2003, 2011). Todas essas categorias apresentadas em artigos e na obra de 2011 são orientações valiosas para a compreensão e análise das emoções no discurso.

Nesse debate, algumas questões concernentes às contribuições dos estudos retóricos e do discurso a esse respeito ainda parecem importantes. Que outras categorias poderiam contribuir para a análise das emoções? O que a Análise de discurso ainda teria a dizer sobre o assunto? O que os estudos contemporâneos de retórica ainda podem acrescentar a essa discussão? Creio que, além do acréscimo de outras categorias para o melhor desenvolvimento das análises – noções como: memória de discurso, interdiscursividade, entre outras – ainda resta uma abordagem crítica a se realizar, cujo foco está na necessidade de analisar as emoções no entrecruzamento do linguístico-discursivo com o sócio-histórico.

Nesse direcionamento, parto do princípio de que as emoções são da ordem da cognição e, portanto, fundamentam-se em crenças e valores. Logo, conduzem a julgamentos. Além disso, as emoções se dão a partir da relação entre sujeitos, um *eu* e um *outro*: identidade e alteridade são fundamentais à sua compreensão.

Considerando que são resultado de uma construção assentada em fatores de ordem cognitiva, social e cultural também, não há universalidade no sentir nem tampouco no expressar emoções. Ao longo de nossa existência, adquirimos uma *competência emocional*, fruto de um processo de significação e de ressignificação, de construção e de reconstrução. Essa “competência” se dá no atravessamento do cognitivo, com o social, com o cultural, com o histórico, com o psicanalítico – na e pela linguagem.

No Brasil, por exemplo, no velório do esposo, a ausência do pranto de uma viúva pode ser índice de frieza e até de culpa, revelando desamor ou até ódio. Do mesmo modo, o excesso do pranto pode ser visto como descontrole e mesmo irracionalidade. Existe uma medida das emoções expressas que é determinada por códigos sociais e culturais. Mais uma vez: aprendemos a sentir e a expressar determinadas emoções em determinadas circunstâncias e diante de determinados interlocutores.

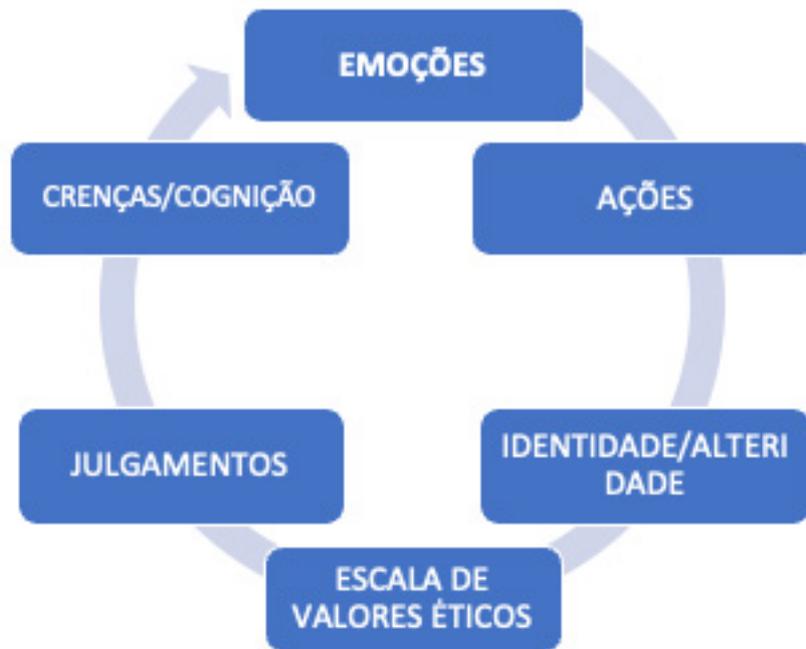
Disso se observa que as emoções estão sustentadas em valores e que, portanto, os julgamentos valorativos podem ser entendidos como seus fundamentos. Além disso, nas emoções aventuram-se identidade e diferença, o que mobiliza ações. O olhar do outro é fundamental à projeção de nossa imagem no discurso, a qual se pauta em uma relação emocional com o outro: o que o toca em relação a mim? Como eu poderia tocá-lo? Como eu poderia mostrar o que sou (ou o que desejo ser)? Como desejo (espero) que ele me veja? Como ele me vê?

O esquema a seguir é resumitivo dessas ponderações e, por meio dele, procuro explicitar que todos os elementos se implicam mutuamente; eles se inter-relacionam. Se as emoções são fruto de imagens – mentais – construídas ao longo de nossa existência, estas se fundam em julgamentos, centrados em uma escala de valores também construída ao longo de nossa existência, o que nos

necessária para julgar os crimes.

leva a determinadas ações, as quais são tangenciadas pelas emoções e têm em vista nossa relação com o outro – identidade/alteridade.

Apesar de estes elementos estarem em posições diversas no esquema, não há primazia de um sobre o outro. Isto porque, se por um lado as crenças podem levar à construção de determinados valores, por outro lado, estes valores podem conduzir à formação de novas crenças. Do mesmo modo, os julgamentos, que são fruto de conhecimentos amparados em crenças e valores, podem influenciar na formação destes. As emoções têm, assim, um caráter acional⁸.



Fonte: Elaboração da autora

Considerando a perspectiva transdisciplinar que fundamenta os estudos discursivos, o diálogo com diferentes campos de saber pode contribuir para abrir novas veredas e ressignificar posições, além de propiciar o refinamento das análises. O discurso materializa formas de vida na sociedade, o que pressupõe uma ação por meio da linguagem inscrita em uma enunciação e atravessada por condições sócio-históricas. Se o discurso materializa o social na linguagem, consubstancia também formas de vida emocional na linguagem. Na verdade, somos sujeitos linguageiros por natureza, o que assegura a afirmação de que as emoções são construídas na e pela linguagem, de modo a definir nosso ser/estar no mundo.

Assim como a AD, a argumentação no discurso é uma disciplina semântica, hermenêutica, que lida com a interpretação dos textos e assume que todo sentido é efeito decorrente da relação entre sujeito e língua. Disso, conclui-se que não há neutralidade por parte do analista, uma vez que ele também é um sujeito social, cindido, fragmentado. O analista da argumentação no discurso é um crítico por assim dizer. Este posicionamento não implica a adoção de uma posição panfletária,

8 Essas ideias estão apresentadas também, e de forma ampliada, em Lima (2023).

mas a necessidade de não se “fechar os olhos” para os problemas sociais que se interroga e, muito menos, para a história. Ademais dos fundamentos da AD, deve-se abordar a argumentação e as emoções revisitando a tradição clássica, uma vez que

Herdar a retórica significa, pois, de uma parte, levando em consideração séculos de estudos já realizados, descrever, com as bases dos estudos discursivos atuais, os procedimentos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito; de outra, analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, ou seja, o dialogismo presente na argumentação. (Fiorin, 2014, p. 63).

Disso se depreende que o estudo das emoções sob o prisma da argumentação no discurso pode e deve se valer, em um movimento antropofágico, da Retórica Clássica, da Nova Retórica, das teorias contemporâneas da argumentação, de perspectivas teóricas dos campos da Filosofia, da Psicologia, da Psicanálise, da Antropologia, da Sociologia e, obviamente, da Linguística. Tendo em vista esse breve percurso, passo, agora, à configuração do complô.

COMPLÔ E MEDO

Diante de uma descrença generalizada na política, diante do medo de desestabilização de todas as instituições, nos últimos anos, muitos eleitores de diferentes países optaram por figuras que pareciam congregar as habilidades necessárias para retirá-las da situação de desamparo⁹. Além disso, em todo o mundo, as teorias racistas sobre os judeus ganharam novamente destaque, ao lado de outras não menos importantes como aquelas associadas à ameaça comunista – de sempre – e outras que surgiram ou foram ressignificadas no período da pandemia do vírus Covid-19, como o “vírus chinês”. As narrativas apaziguam e preenchem vazios, alimentando conversas cotidianas de suspeição, de mistério e, também, de medo.

Na verdade, parece haver um movimento cíclico nelas, assim como na história. De tempos em tempos, em momentos de crise, algumas dessas teorias ganham força, em uma empreitada de incitação de uma paranoia coletiva. As teorias do complô assumem, nessas conjunturas, papel importante por apaziguarem angústias, através da simplificação de explicações sobre fatos e eventos com os quais os sujeitos são incapazes de lidar. Como explicações supostamente ingênuas, concorrentes das versões oficiais, são uma forma de saber não científico. Essas teorias derivam de um esforço para traduzir os eventos a partir de uma outra lógica, de uma interpretação singular – e simplificada.

Não há, nelas, ineditismo, pois sua existência remonta a tempos antigos¹⁰. A diferença marcante entre os complôs de outrora e aqueles que balizam o momento atual é o fato de que já não é mais necessária uma narrativa para a propagação de teorias do complô. Poucos caracteres no *Twitter* são suficientes para disseminar desconfiança, indignação e medo, como alerta Di Cesare (2022). Ou, ainda, uma, aparentemente, desinteressada *live* em algum canal do *Youtube* pode agir nessa direção,

9 Trump, nos EUA; Bolsonaro, no Brasil; Órban, na Hungria, entre outros.

10 Isto se verifica, por exemplo, na história dos *Illuminati*.

ao mobilizar emoções como medo e ódio, colocando os sujeitos em um estado de alerta permanente.

A esse respeito, é inegável que a internet democratizou a comunicação, possibilitou a participação, na cena pública, de sujeitos antes silenciados, além de ter conseguido abrir veredas importantes ao conectar pessoas comuns e profissionais do mundo inteiro. Entretanto, é inegável, também, que, ao dar voz a todo e qualquer sujeito que tenha a possibilidade de fazer uso de um smartphone, ela abriu caminhos para aqueles que viviam à espreita de uma oportunidade para melhor divulgar narrativas complotistas, negacionismo e, claro, as tão faladas *fake news*. Tudo isso no caldo da “suposta” era da pós-verdade. Suposta porque a descrença nas instituições, a sensação de esvaziamento e de desamparo não são novidade.

A humanidade já passou por outras crises, as quais abrem feridas, abrem fendas, de modo a congregar vozes de sujeitos à deriva, em busca de um norte. As perquirições voltadas ao preenchimento de um vazio são comuns à natureza humana e fazem parte de nossa cognição, de nosso afeto, de nossa individualidade. Todavia, a disseminação de narrativas do complô não é desinteressada e pode ser entendida como um projeto de poder, cujo alimento está, entre outros, em emoções como indignação, raiva, ódio e, no que me interessa nesse momento, no medo e no ressentimento.

O medo, nesse enquadramento, silencia, determina o que pode e deve ser dito. Ele tem o poder de paralisar, de atingir a todos, independentemente das riquezas, das posições ocupadas na estrutura social e de posicionamentos políticos. A lógica complotista se alimenta do medo que é suscitado pelas narrativas, mas também se vale do ressentimento. O complotista é, antes de tudo, um ressentido. Por acreditar ser desprovido de poder, por acreditar ser prejudicado pelas instituições – jurídica, política, educacional –, o sujeito se (res)sente, sente-se injustiçado. Ele se vê – e se apresenta – como uma vítima. Como afirmei em outro momento, trata-se de um “cobrador”, tal qual o personagem do conto de Rubem Fonseca (1979), uma vez que¹¹:

O ressentido deseja o que é do outro e, em uma atitude de impotência diante da suposta impossibilidade de realização de seu desejo, sente uma inveja maliciosa. O ressentido é, assim, um invejoso em potencial. Ele se ressentido pelo não reconhecimento por algum ato de compaixão ou por suas qualidades não reconhecidas ou ainda por não possuir o que supõe merecer. A culpabilização é sua lei! O ressentido culpabiliza a todos e a tudo por sua dor; não assume a responsabilidade por seu fracasso, por seu infortúnio. (Lima, 2020, p. 393)

Vitimização e culpabilização, fundamentais à lógica complotista, amparam-se no par opositivo “bem *versus* mal”: “O prisma do complô restitui um reconfortante cenário simplista e rigidamente maniqueísta” (Di Cesare, 2022, p. 8). A vitimização, nesse caso, é também uma construção social que atende a um projeto de poder. O *ethos* de vítima projetado no discurso, construção socio-histórico-político-ideológica, fundamenta-se no ressentimento, que alcança emoções como vergonha, cólera, ódio e inveja.

O complô congrega, assim, sujeitos que agem e se vêm como coadjuvantes no cenário político ou se sentem vítimas do caos e da insegurança, o que alimenta o movimento antissistema. Nesse sentido, não existe alinhamento ideológico que se salve.

11 Na obra *O cobrador*, de Rubem Fonseca (1979), o protagonista é um assassino que acredita poder (e dever) cobrar por tudo que não possui, tudo que ele não pôde acessar em virtude de sua condição social.

As mudanças radicais pelas quais a economia globalizada passou, produziram um reflexo no pensamento complotista (Taguieff, 2021), o que se traduz em lendas catastróficas, resultando em um desejo de reencantamento do mundo que a modernidade contribuiu para desencantar. Há um desejo de um retorno utópico reprimido associado a uma suspeita generalizada. O que vislumbro nesse desejo é um apreço pelo mito, pela magia, a partir de um desencantamento com as instituições e com o mundo de um modo geral, associado a um ressentimento que sustenta esse deslocamento para preencher os vazios, para lidar com desejos não saciados. Este movimento, que se mobiliza para o reencantamento, deixa entrever uma subjetividade ressentida, amparada em uma visão maniqueísta do mundo. A dualidade bem *versus* mal não apenas simplifica, mas abranda a angústia diante da ausência de respostas objetivas. Simplificar por meio de uma narrativa complotista é o caminho mais fácil e, ao mesmo tempo, coloca tudo e todos sob constante suspeição.

Entretanto, é importante salientar que, além de apaziguar, o complotismo impele a ação. Não se trata de uma construção discursiva desinteressada, pois ele permite que sujeitos antes anônimos – e, sobretudo, silenciados – ganhem voz nas bolhas digitais, ao se valerem de indícios, de mensagens subliminares, de afirmações supostamente científicas e racionais para criar efeitos de credibilidade. Nesse sentido, as *fake news* e o negacionismo se unem ao complô em fluxos e em conexões. Outrossim, narrativas complotistas enunciadas por figuras públicas têm o poder de trabalhar em prol da congregação de mais sujeitos, ao ecoarem essas vozes, nos meandros da internet, alimentando grupos radicais, abertos à sua atmosfera.

Concordo com a posição de Di Cesare (2022) de que o complotismo não pode ser reduzido a uma patologia psíquica e nem a uma analogia lógica, mas se trata de um problema político. Pode-se afirmar, ainda, que se trata de uma disputa por poder: “Quem contesta a versão oficial tem por objetivo atacar aqueles que detêm saber e poder” (Di Cesare, 2022, p. 11).

No Brasil, a ameaça comunista serviu de mote para vários golpes perpetrados contra a democracia brasileira, o que, no cenário atual, foi exacerbado pelo ex-presidente e seus aliados, assim como por jornalistas e influenciadores digitais. Além do golpe militar que resultou na ditadura, outro golpe ocorrido em 2016 também se valeu de narrativas complotistas, como as que associam a ex-presidente Dilma Rousseff a grupos terroristas ou à ameaça comunista mundial. Nessa construção discursiva, se por uma via, a insegurança sobre o destino da sociedade civil, sobre a liberdade de expressão e sobre a economia constituem o alicerce necessário à incitação do medo; por outra via, elas também se alimentam do ressentimento e ainda o incitam.

A respeito do medo, importa recordar que ele exerce uma força sobre o sujeito levando-o a agir na tentativa de se proteger. A ação primeira implica a fuga, a esquiva, o silenciamento. O medo é um importante recurso na “política do silêncio” (Orlandi, 1997).

No que se refere ao medo incitado por narrativas do complô, estas tanto determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma formação ideológica, quanto apagam sentidos que desejam evitar. Se devidamente incitado, o medo pode servir de argumento para a suspensão de leis jurídicas, de leis religiosas e de acordos de toda ordem. O medo tem o poder de ser usado como uma arma de controle, por impor ao sujeito uma solidão forçada, um sentimento de desamparo e de abandono que só pode ser anulado pela supressão do agente causador. Daí sua associação possível ao ódio.

O sujeito é levado a agir em primeiro lugar para se proteger e, em um segundo momento, para deliberar. Em se tratando de regimes políticos democráticos, o medo incitado na população pode orientar a tomada de decisão por um ou outro candidato. Finalmente, o medo é uma emoção po-

lítica por excelência, que, inter-relacionado a uma subjetividade ressentida, pode alimentar, por meio da disseminação de narrativas complotistas e da crença nestas, projetos escusos de poder.

Nessa orientação, medo e complô podem ser vistos como importantes ao processo de deliberação em sociedades democráticas e, em se tratando do cenário brasileiro contemporâneo, isso se torna ainda mais agudo. Narrativas complotistas incitaram – e ainda incitam – o medo do vírus chinês, o medo da vacina, o medo da fome, o medo da violência sexual, o medo da violência urbana de um modo geral, o medo do comunismo.

Assim como movimentos recentes na França – como o *gilets jaunes* –, aqui no Brasil, as manifestações de junho de 2013¹² reuniram demandas reprimidas de uma classe média insatisfeita com a redução do poder de compra, com o aumento das pautas progressistas, entre outros. Trata-se, no caso brasileiro, de um cenário complexo que colocou em cena diversas pautas. Além deste movimento, que pode ser visto como um recente divisor de águas no campo social e político, as invasões que aconteceram em 8 de janeiro de 2023 a prédios de importantes instituições brasileiras, como Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal¹³, revelam que não apenas o ódio, mas o ressentimento e o medo funcionaram como mola propulsora de tais ações¹⁴. Nesse caso, trata-se da certeza de que o sujeito foi “violado” em seu desejo, em sua identidade, em seus valores, associado ao medo de perder privilégios, ao medo de uma invasão comunista, ao medo da volta do PT ao governo. O sujeito ressentido sente uma mágoa profunda da qual não quer se libertar, que pode levá-lo, inclusive, ao desejo de vingança.

Nas *Jornadas de Junho de 2013* e nos movimentos que as sucederam – o “ciclo de protestos” (Alonso, 2023) – é possível observar uma amostra clara de que a indignação expressa, literalmente, por meio de gritos, já era sintoma de uma conjuntura maior que teve início com outros movimentos, como o *Movimento Passe Livre*¹⁵.

O ressentimento da classe média conservadora, que não suportava a ideia de perder determinados privilégios, não aceitava pautas dirigidas à igualdade de direitos, não aceitava a continuidade de um projeto político-social que colocava como meta a inclusão das camadas mais baixas da população em universidades, não aceitava a criação de leis mais protetivas ao trabalhador, não aceitava leis que visavam à defesa da igualdade de gênero e mesmo de leis que visavam a diminuição da violência contra a mulher (Maria da Penha, Feminicídio), entre outros, se fez notar em diversos cenários a partir de então¹⁶.

O medo se fundamenta em uma memória, assim como o ressentimento, e os maiores perigos do complotismo estão justamente nesse aspecto. As narrativas complotistas, por meio do ressentimento que as sustenta e pelo medo – e ressentimento – que evocam, não apenas atendem a uma

12 As *Jornadas de Junho de 2013* representam um marco na história política brasileira, cuja interpretação ainda hoje é objetivo de disputa. Elas dizem respeito a uma série de manifestações – volumosas – ocorridas em todas as cinco regiões do Brasil, as quais congregaram sujeitos, de todas as idades e classes sociais e com demandas distintas.

13 No dia 8 de janeiro de 2023, bolsonaristas extremistas invadiram e depredaram prédios públicos, a fim de atacar os três poderes – Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal. O objetivo final dos ataques era instigar de um golpe militar.

14 Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/ataque-a-democracia/> Acesso em 7 de fevereiro de 2023.

15 O *Movimento Passe Livre*, em linhas gerais, é um movimento social, fundado na plenária do Fórum Social Mundial, em 2005, em Porto Alegre, que tem como pauta principal a tarifa zero para o transporte coletivo.

16 Não se pode perder de vista nossa longa história, que serve de fundamento dessas afirmações, a qual, por meio da vasta bibliografia na área de História, Sociologia, Antropologia e Política, pode ser recuperada.

demanda reprimida, mas trazem à tona memórias de discursos, desestabilizam e promovem uma paralisia social, gerada pela incapacidade de julgamento.

Dessa maneira, as escolhas ficam embaçadas, pois, se por um lado, a memória da ditadura, atizada na voz dos complotistas brasileiros, reflete-se na ameaça comunista; por outro lado, na voz daqueles que sofreram as consequências do golpe militar, direta ou indiretamente, essa memória se reflete no medo da violência, da perseguição. São julgamentos de valor distintos que acabam se encontrando no que é comum: “No medo somos todos iguais” (Mia Couto, 2011, n.p.).

AS UNIVERSIDADES NA MIRA

Agora, parto para uma leitura de afirmações proferidas pelo ex-ministro da economia do governo de Jair Bolsonaro, em uma reunião do Consu, as quais foram gravadas e amplamente divulgadas na internet, após seu “vazamento”. Estas e outras afirmações proferidas por diferentes membros do governo – e, inclusive, pelo próprio ex-presidente – colaboraram para ampliar os ataques às universidades brasileiras nos últimos anos¹⁷. Se no Brasil já havia uma desconfiança em relação ao funcionamento das universidades e à produção científica de um modo geral, sobretudo na área de humanidades, essa desconfiança foi amplificada nos últimos anos, de modo a promover até mesmo uma “caça às bruxas”.

Além da duradoura polêmica proposta pela agenda do movimento “Escola sem Partido”¹⁸, as perseguições chegaram também ao nível superior. As universidades passaram a ser vigiadas, o que se traduz na propagação do “negacionismo científico”¹⁹; na veiculação de *fake news* sobre a atuação de professores e de alunos no espaço universitário; em tentativas de intervenção na distribuição de recursos financeiros; em aulas gravadas por alunos alinhados ao bolsonarismo e muito mais.

Como uma jovem democracia, o Brasil ainda sente o peso da ditadura civil-militar que cerceou a liberdade de expressão, censurou a educação nacional, impondo um regime de silêncio. Este silenciamento se refletiu nas universidades como forma de controle do pensamento científico, o que é ainda possível sentir nos dias de hoje. Aliado a isso, temos o fato de que no Brasil não houve reparação histórica para os crimes cometidos pela ditadura e para as perseguições e mortes que aconteceram nesse período. A população brasileira de um modo geral tem uma compreensão ainda enviesada a respeito destes crimes e de seus autores, pois os registros foram submetidos a um processo de silenciamento.

17 Para saber mais sobre o assunto, ver, por exemplo: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia.c5f4988ad50a620e0cf0b0915a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020. E, também: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

18 A *Escola sem Partido*, em linhas gerais, é um movimento político que visa a impor e a fazer avançar uma agenda conservadora na educação brasileira, o que se revela, em termos práticos, em uma patrulha ideológica em escolas de Ensino Fundamental e Médio – e também no ensino superior.

19 Embora entenda que o termo « negacionismo » foi cunhado para se referir ao negacionismo do holocausto, a noção de “negacionismo científico” se tornou algo importante aqui no Brasil, sobretudo a partir da pandemia do vírus Covid-19. Os negacionistas se aproveitaram da crise sanitária para se voltarem à negação da ciência, em uma tentativa de descredibilizar tanto o papel desta quanto das universidades de um modo geral.

Este cenário é agravado pelo fato de que o acesso ao ensino superior é garantido pela aprovação no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – e limitado por um número de vagas inferior à demanda: são poucos os brasileiros a alcançar o ensino público no nível superior. Assim, a censura política e a associação a movimentos anárquicos associam-se à ideia de que a universidade é tida como lugar de privilegiados, com o agravante de que, agora, podem ingressar, por meio das cotas sociais, sujeitos advindos de camadas mais baixas da sociedade brasileira, além de negros e indígenas. Ademais disso, elas são também tidas como instituições nas quais circula um capital mal utilizado, problema que seria resolvido com o controle da iniciativa privada. Enfim, essas e outras questões perpassam a problemática atual em torno do funcionamento das universidades públicas brasileiras, com o agravante de que, atualmente, a pauta dos costumes entrou fortemente nessa discussão.

Cientes desse enquadramento, membros do governo anterior fortaleceram essa posição, valendo-se, muitas vezes, de seu lugar institucional para produzir determinados efeitos de legitimidade e de credibilidade (Charaudeau, 1983) sobre essas narrativas. O ex-ministro da economia Paulo Guedes, por exemplo, na gravação “vazada”, afirmou o seguinte:

Paulo Guedes: E aí, sem apoio político nenhum, eu simplesmente sabia da inevitabilidade [de que a educação superior pública não daria conta da demanda por vagas no país]. [...] Bom, aí o Paulo Renato [Souza, ministro da Educação de FHC] permitiu os investimentos em ensino superior. Resultado: hoje 76% dos jovens universitários brasileiros estão no setor privado. O setor público, primeiro não tinha capacidade de acompanhar os investimentos. Segundo, vocês estão vendo o que é que tá virando a universidade pública. [Ensinando] Paulo Freire, ensinando sexo pra criança de cinco anos, todo mundo fumando maconha à vontade. Circulação livre, maconha, bebida, droga dentro da universidade. Circulação livre, maconha, bebida, droga dentro da universidade. Quer dizer, está caótico.²⁰

Ao discorrer sobre o investimento do governo no ensino superior, Guedes ressalta o programa FIES – Fundo de Financiamento do Estudante no Ensino Superior –, cujo foco é viabilizar o ingresso e a manutenção de alunos de baixa renda no ensino superior em instituições privadas. O resgate dessa memória funciona como argumento para apoiar a ideia de que essa tentativa de facilitar o acesso a todos os cidadãos brasileiros ao ensino superior fracassou. Além disso, deixa entrever a ideia de que ensino superior não é para todos, como será possível verificar no segundo fragmento destacado nessa breve leitura.

Ademais da crítica ao FIES, para apoiar a ideia de que o ensino superior não deveria ser acessível a todos os cidadãos brasileiros e deveria ser responsabilidade da iniciativa privada, Guedes se vale da projeção de uma imagem negativa dos estudantes e das próprias universidades públicas, a partir do resgate de estereótipos e de lugares comuns. Ele reafirma uma voz corrente – fundada em estereótipos – de que nas instituições públicas brasileiras, sobretudo no campo das humanidades, não existe produção efetiva de conhecimento. Essa discussão não é nova e já foi abordada por diversos autores, como Nussbaum (2015) e Boaventura Souza Santos (2011), tendo em vista outras realidades sociais.

20 Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/05/11/bocalidade-e-incompetencia-o-raio-x-de-paulo-guedes-em-reuniao-vazada.htm>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

Entretanto, interessa-me aqui enfatizar como e por que o ex-ministro se vale dessa voz, a fim de reforçar o ressentimento e o medo que a participação na cena universitária evoca. Ele tanto desqualifica a produção científica brasileira quanto reafirma a necessidade de controle desses espaços. A suposta doutrinação ideológica nos meios acadêmicos ampara-se em argumentos falaciosos sobre o “ensino de sexo para crianças de cinco anos”, além da circulação livre de drogas ilícitas e de bebidas alcoólicas nos *campi* universitários. Trata-se de argumentos *ignoratio elenchi*, por meio dos quais “busca-se generalizar o particular ou ampliar seu alcance de forma a não precisar focá-lo” (Fiorin, 2018, p. 215). Com eles, Guedes desvia “a argumentação para uma questão assessoria ou irrelevante para o que está sendo discutido” (p. 216).

Ao proceder a esse “desvio”, ele pode incitar indignação em seus interlocutores diretos naquele momento, mas também medo e desejo de vingança. Para incitar o medo da doutrinação ideológica, vale-se de dois temas tabu, os quais sustentam polêmicas e dividem opiniões: sexo e uso de drogas.

Paulo Freire, responsabilizado por “ensinar” a doutrinar, é apresentado por meio do *argumento do antimodelo*, o que baralha a percepção não só de seu interlocutor imediato – outros membros do governo que estão presentes na reunião –, mas também dos cidadãos brasileiros alinhados à pauta de costumes. O foco na figura do educador e escritor desvia o olhar para os verdadeiros projetos em curso: privatização das universidades e desestabilização da democracia. A incapacidade de gestão das verbas públicas e de controle da “balbúrdia” apoiam essa ideia: “O setor público, primeiro não tinha capacidade de acompanhar os investimentos”.

Nesse caso, a narrativa apresentada por Guedes se sustenta em uma construção de orientação disfórica (Plantin, 2011), como se notará a seguir. No enunciado “O setor público, primeiro **não** tinha capacidade de acompanhar os investimentos”, a negação polêmica, entendida como “uma modalidade de julgamento” (Ducrot, 1981, p. 95), coloca em cena dois pontos de vista antagônicos: E1 as universidades são capazes de gerar a verba pública e E2 as universidades são incapazes de gerir a verba pública. Trata-se de uma posição contrária ao conteúdo positivo. Além disso, predicados e termos de processos negativos (Plantin, 2011) ou, ainda, a rede *sígnica* disfórica de alguns itens lexicais utilizados na fala do ex-ministro produzem determinados efeitos de sentido que projetam um cenário caótico dos *campi* das universidades.

Ensino de sexo para criança de cinco anos	}	“caótico”
Uso de drogas e bebidas alcoólicas		
Ensino da pedagogia de Paulo Freire		

No fragmento seguinte, Guedes deixa entrever uma visão estereotipada e preconceituosa dos sujeitos pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, como sendo incapazes de ultrapassar os limites que sua condição social lhes impõe. Além disso, assim como no fragmento anterior, ele descredibiliza projetos como o FIES. Evidentemente, não se trata aqui de uma defesa a esse tipo de projeto de financiamento para a educação privada²¹, mas o destaque, nesse momento, vai para o fato de que o ex-ministro faz ecoar uma voz vigente em nossa sociedade, responsável por determinar, entre outros, os lugares a serem ocupados pelos sujeitos na hierarquia social. Nesse enqua-

21 Eu acredito, inclusive, que, no lugar de financiar escolas privadas, o governo deveria se concentrar em abrir mais vagas nas universidades públicas, tornando-as, verdadeiramente, acessíveis a todos os cidadãos brasileiros.

dre, “filho de pobre” não deve ingressar no ensino superior, devendo continuar a desempenhar o trabalho braçal, necessário à manutenção da máquina capitalista.

Não, Fundeb foi agora. É... teve uma bolsa que o governo deu... [NÃO IDENTIFICADO]: Fies. Paulo Guedes: Fies! Deu uma bolsa pra todo mundo, tinha cara que preenchia ficha... o porteiro do meu prédio, uma vez, virou pra mim e falou assim: “Seu Paulo, eu estou muito preocupado”. “O que é que houve?”. “Meu filho passou na universidade privada”. “Ué, mas você tá triste por quê?”. “Ele tirou zero na prova. Ele tirou zero em todas as provas. E eu recebi um negócio dizendo assim, ó: ‘Parabéns, seu filho tirou [...] zero’”. Então, foi até pro outro extremo. Deram bolsa pra quem não tinha a menor capacidade, não sabia ler, não sabia escrever, nada. Botaram todo mundo. Exageraram, foi de um extremo ao outro. [...] Como eu venho do setor privado, eu sei que tudo no setor privado é o “estímulo”. Me dá um estímulo que eu trago ouro da Lua. Você viu que o foguete agora, a NASA, é tudo privado também, né? O SpaceX, né? O setor público quebrou. Não consegue mandar o cara pra Lua toda hora. O setor privado em um ano inventou um foguete que vai, joga o astronauta lá, volta, aterrissa, então pode lançar toda hora. [grifos do autor]

Em outro momento, o mesmo ministro afirma sobre o vírus Covid-19 e sobre a vacina:

O chinês inventou o vírus, e a vacina dele é menos efetiva do que a americana. O americano tem 100 anos de investimento em pesquisa. Então, os caras falam: ‘Qual é o vírus? É esse? Tá bom, decodifica’. Tá aqui a vacina da Pfizer. É melhor do que as outras.

Fica clara nesta e em outras afirmações a divulgação de um pensamento complotista sobre as universidades e sobre a produção científica, assim como sobre a pandemia. Este movimento tanto desvia o foco da questão em jogo, ao apresentar “um enredo difícil de desvendar” (Di Cesare, 2022, p. 23), quanto colabora para reafirmar a atmosfera de desconfiança e medo.

Afirmações desse tipo, amplamente divulgadas durante os piores momentos da pandemia e também no período subsequente, valeram-se de uma visão estereotipada do comunismo para colocar a China em constante suspeição. Ademais, a comparação entre as vacinas chinesa e americana reativam mais uma vez a disputa que é, na verdade, geopolítica.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Das considerações sobre as emoções e sobre o complotismo, além do gesto de leitura sobre os proferimentos, nota-se que a narrativa complotista delineada pelo sujeito, a partir de chaves diversas, não é desinteressada e atende a um projeto de poder em vigor. Ao incitar emoções como indignação, cólera e, também, o medo, o complotista pode melhor baralhar a percepção do outro. Nesse caso, com o reforço das emoções suscitadas, resgata-se uma memória de discursos relativa à doutrinação ideológica e à “balbúrdia” como regra nos *campi*, além daquela sobre a – má – gestão da máquina pública, de modo a ratificar uma *doxa* vigente sobre as universidades. O medo, nesse caso, não é expresso por Guedes, mas pode ser resgatado por meio da rede sígnica que a seleção lexical realizada por ele evoca. As *tópicas*, apresentadas por Plantin (2011), podem também apoiar essa leitura na medida em que “Sur cette base dysphorique, la ‘peur’ est construite de

façon spécifique par une gamme quasi complète de *topoi*, qui terminent le travail entamé par le *topos* catégorisant *quoi*: *quantité, analogie, lieu, temps/durée, raisons et causes, agents, contrôle*». (Plantin, 2011, p. 208)²²

O quê? O problema da intervenção nas universidades é apresentado como se dissesse respeito a uma necessidade.

Quantos? Embora não se atenha a números, quando reativa a memória da “balbúrdia” e os gastos públicos mal geridos nas universidades e em programas como o FIES, a generalização intensifica a ideia de que se trata de muitos casos.

Como? A analogia da universidade com a doutrinação ideológica e a má gestão da máquina pública de um modo geral orienta em direção ao medo tanto da contaminação da “balbúrdia” – sexo, uso de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas – quanto da perda de privilégios e espaços já dominados pelas camadas mais altas da sociedade brasileira.

Onde? As universidades como espaços físicos são destacadas nas falas, mas também as universidades em seu caráter institucional.

Quando? A indefinição do tempo, quando resgata a memória da “balbúrdia”, é importante, na medida em que apresenta os eventos como se existissem desde os tempos mais remotos e por isso mesmo a necessidade de combatê-los. Por outro lado, a menção ao ex-ministro Paulo Renato quando abordou o financiamento estudantil (FIES) sinaliza o momento em que tudo supostamente começou.

Por quê? Paulo Freire encarna, nesse caso, o causador responsável pela situação caótica das universidades, ao lado dos governos anteriores que se abriram a financiamentos como o FIES. Ele abre, assim, um processo acusatório por meio do qual incita emoções como cólera e indignação, mas, sobretudo, o medo.

Agentes? Os professores e estudantes doutrinados por Paulo Freire – além do próprio autor – são responsabilizados pelas más ações.

Controle? Assim como na análise realizada por Plantin (2011, p. 210), « L'orientation vers 'la peur' est renforcée par la négation de tout contrôle possible sur le processus ». Nas universidades, prevalece a “balbúrdia”, não há produção efetiva de conhecimento, por isso a necessidade da privatização. Toda argumentação se encaminha para a defesa da esfera privada, até para lançar foguetes.

Finalmente, dessa reflexão, que é parte de uma pesquisa maior em desenvolvimento, concluo que o apoio a narrativas complotistas e a incitação de determinadas emoções como o medo e o ressentimento, liga-se a outras relações de força importantes ao entendimento da construção discursiva antiuniversidade. Como afirmei, trata-se de uma construção política, que tem em vista um projeto de poder, cujos passos vão da privatização das universidades e, mais longe, para o maior controle social e mesmo para a desestabilização da democracia brasileira. Dessa maneira, a partir da leitura de um caso particular pretendi lançar luzes sobre uma problemática mais ampla e não menos complexa.

22 Tradução do original em francês: “Sobre esta base disfórica, o «medo» é construído, de maneira específica, por uma gama quase completa de *topos*, que terminam o trabalho começado pelo *topos* que categoriza o *quê*: *quantidade, analogia, lugar, tempo/duração, razões e causas, agentes, controle*”.

REFERÊNCIAS

- Alonso, Â. (2023). *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Charaudeau, P. (1983). *Langage et discours - Éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachete Université.
- Couto, M. (2011). *Murar o medo*. Disponível em <https://papodehomem.com.br>. Acesso em: agosto de 2016.
- Di Cesare, D. (2022). *O complô no poder*. Belo Horizonte: Âyné.
- Ducrot, O. (1981). *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global.
- Fiorin, J. L. (2014). *Figuras de retórica*. São Paulo, Contexto.
- Fiorin, J. L. (2018). *Argumentação*. São Paulo, Contexto.
- Fonseca, R. (1979). *O cobrador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Hamblin, C. L. (1970). *Fallacies*. London: Methuen.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2000). Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle? Remarques et aperçu. En Ch. Plantin, M. Doury, V. Traverso (Org.). *Les Émotions dans les Interactions* (pp. 33-74). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Lima, H. (2006). *Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- Lima, H. (2020). Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da ABRALIN, [S. l.]*, v. 19, n. 3, p. 389–408, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1758. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em: 25 out. 2023.
- Lima, H. (2023). A propósito das emoções: a indignação em tempos de cólera para uma política do cuidado. En H. Lima, R. Abreu-Aoki e R. Mazzola (Orgs.) *Retórica, argumentação e emoções: itinerários convergentes*. São Paulo/Campinas: Pontes. (no prelo)
- Micheli, R. (2011). *L'émotion argumentée. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français*. Paris, Éd. du Cerf, coll. Humanités.
- Micheli, R. (2014). *Les émotions dans les discours. Modèle d'analyse, perspectives empiriques*. Paris: De Boeck Supérieur.
- Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades?* São Paulo: Martins Fontes.
- Orlandi, E. (1997) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo/Campinas: Editora Unicamp.
- Perelman, Ch.; Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Martins Fontes: São Paulo.
- Plantin, Ch. (2003). Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. J.-M. Colletta & A. Tcherkassof. *Les émotions : cognition, langage et développement*, (pp. 97-130). Liège: Mardaga.
- Plantin, Ch. (2010). As razões das emoções. Tradução de Emília Mendes. En E. Mendes, e I. L. Machado (Orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. II. (pp. 57-80) Campinas: Mercado de Letras.
- Plantin, Ch. (2011). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang.

Souza-Santos, B. (2011). *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora.

Taguieff, (2021). *Les theories du complot. Que sais-je ?* Paris : Presses Universitaires de France.

Toulmin, S. (2001). *Os usos do argumento*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes.

van Eemeren FH & Grootendorst R. (2006). *Argumentación, comunicación y falacias*. 2a Ed. Santiago: Universidad Católica.